

5

Considerações Finais

Foram dois anos bastante intensos entre aulas, trabalho, textos e escritas. Dizem que a dissertação é como ter um filho. Eu que já tenho uma filha, sei que não é isso, afinal são 2 anos!! Já passou a euforia da notícia, os enjôos, a barriga já está imensa e nada da criança nascer. Não dá pra descrever o que é a dissertação. É alegria e tristeza, avanços e retrocessos, ânimo e desânimo. É filho que quer atenção, família que reclama ausência, chopps dispensados e você tem que escrever, escrever. Bom, mas agora acabou. Acabou! Acabou? Depois de tanto tempo não sei como acabar.

Na verdade não acaba. Espero que não. Espero que essas reflexões possam ser úteis para nos ajudar a começar a repensar as amarras conceituais e ideológicas que nos dificultam a pensar novos arranjos num mundo globalizado que nos apresenta novas e/ou velhas, mas complexas situações.

Em especial, gostaria que essas reflexões fossem úteis ao Serviço Social. Sei o quanto é difícil não conseguir responder às demandas dos usuários mesmo sabendo que eles têm direito àquele benefício ou serviço e saber que sem este eles não tem como resolver a questão. Mas felizmente também sei o que é ver uma mãe precisar de um leite que custa mais de cem reais cada lata e tranquilizá-la de que seu filho receberá esse leite imediatamente. Por esse motivo esse tema foi escolhido. Acesso e direito urgem ser aproximados. E é papel também do assistente social pensar sobre essas questões que fazem parte de seu cotidiano de trabalho.

Relembramos que a situação-problema levantada neste trabalho foi: Quais são as possibilidades de ação entre Estado e Organizações Não-Governamentais para a promoção de saúde da população pobre?

Nosso objetivo era refletir sobre a importância de ações de complementaridade entre público e privado como forma de assegurar garantia e acesso a direitos sociais. Mais especificamente, queríamos:

- Refletir sobre as relações de complementaridade entre saúde e assistência e entre público (Estado) e privado (ONG);
- Discutir as percepções de alguns atores presentes na missão institucional da ONG estudo de caso (hospital, famílias e a fundadora);

- ☑ Entender como as ações de complementaridade podem contribuir para aproximar garantia e acesso a direitos sociais.

As questões refletidas ao longo desta dissertação nos fazem finalmente considerar que:

- ✓ Com base na definição jurídica do Estado brasileiro e no compromisso de Justiça e Ordem social assumidos na Constituição Federal de 1988, entendemos que o Estado deve ser o organizador/administrador das ações não estatais;
- ✓ O papel do Estado torna-se mais relevante socialmente ao identificarmos que a população que não possui recursos próprios recorre quase que exclusivamente a ele;
- ✓ As ações das ONGs, das associações, de pessoas, igrejas sempre tiveram e terão grande importância na proteção social brasileira, porém, ao contrário do que propõe o discurso neoliberal não devem substituir as ações estatais, pois são seletivas em seu ingresso, em geral, ainda estão imbuídas de um sentimento de caridade, que não promove a autonomia e não garantem universalidade;
- ✓ Sem uma atuação mais politizada as ONGs, em especial no caso dessa dissertação a ONG estudo de caso, poderão contraditoriamente à sua intenção, fortalecer o processo de privatização da saúde;
- ✓ As ONGs atuam em dimensões do “mundo da vida” que o Estado não consegue atuar e por serem seletivas conseguem garantir com maior agilidade alguns serviços, contribuindo de certa forma para o acesso a direitos;
- ✓ Acreditamos que somente ações intersetoriais, interdisciplinares, interinstitucionais serão capazes de dar respostas que produzam maior proximidade entre garantia e acesso a direitos.

- ✓ O estudo de caso apresentado serve como um exemplo real de que a intersetorialidade e a interdisciplinaridade proposta em diferentes leis é possível e pode gerar resultados eficazes;
- ✓ Para maior eficácia dessa ação complementar é necessário que sejam revistos os conceitos pré-estabelecidos que se tenha a respeito do outro, a fim de que essa ação conjunta seja realmente possível, pois nem ONG nem Estado isoladamente conseguirão dar respostas eficazes às nossas questões sociais.
- ✓ A ação complementar é capaz de produzir resultados para além dos esperados, como vimos no caso da mudança do olhar médico e na relação familiar dos beneficiários da ONG.
- ✓ Incentivar a participação nos espaços democráticos deve ser função de todos que estejam interessados em fortalecer a democracia. As ONGs devem politizar sua atuação participando desses espaços a fim de influenciar na agenda política, tornando possível a ampliação do acesso ao direito e/ ou a regulamentação deste.

Gilberto Gil eternizou a música “Chiclete com Banana” de Gordurinha e Almira Castilho cantando:

“só ponho bibop no meu samba quando o tio San pegar no tamborim
Quando ele pegar no pandeiro e violão,
quando ele entender que o samba não é rumba aí
Eu vou misturar Miami com Copacabana
Chicletes eu misturo com banana e o meu samba vai ficar assim”

Nossa proposta com essa dissertação teve essa intenção. De propor um caminho do meio. Um caminho que conduz a uma resposta que não está somente na sociedade, tampouco somente no Estado, mas num caminho construído a partir dos dois.

Um caminho que abarque a sociedade civil, entendida por todos os atores que compõe a sociedade, inclusive o Estado. Nesse sentido, pessoas, empresas, instituições e governo têm sua contribuição a dar para uma “batucada social” mais

efetiva. E apropriar-se dos espaços públicos é um caminho importante para o fortalecimento da democracia.

Os conselhos são importantes espaços de participação e exercício democrático. É papel de todos participar e incentivar sua participação, fortalecendo os espaços democráticos de solidificação da democracia.

Em resumo: Se o Estado não atua como se deseja deve-se lutar para que isso aconteça. Negar sua importância, fortalecendo ações anti-estatais só enfraquece o processo democrático pelo qual tantos morreram, foram exilados, pelo qual tanto lutamos.

Devemos defender o papel do Estado, trabalhando para seu fortalecimento e para a superação das ações que discordamos. Ser cidadão é também ser capaz de propor mudanças, de querer mudanças e de ir à busca delas. Mas não há fórmulas!

Então, teremos que experimentar. Eu topo, e você?